

# CONTINUIDADE TEMÁTICA E REFERENCIAL NA PRODUÇÃO DE NARRATIVAS POR CRIANÇAS

Maria Elias Soares  
Universidade Federal do Ceará

- **RESUMO:** O trabalho analisa a aquisição da habilidade de instaurar o discurso coeso através de relações anafóricas. Para tanto, estuda os conceitos de dêixis e anáfora como processos instanciadores da continuidade temática e referencial da narrativa e discute o procedimento metodológico da elicitação de histórias.
- **PALAVRAS-CHAVE:** aquisição da linguagem, narrativa, coesão, anáfora.

O presente trabalho trata da aquisição de um dos aspectos constitutivos da habilidade de produzir narrativas e tem como objetivo discutir a dêixis e a anáfora como mecanismos instanciadores de conectividade. Serão focalizadas uma questão teórica, relativa às condições segundo as quais se considera um dado signo como dêitico ou anafórico, do que decorre a caracterização textual ou não textual da dêixis e uma questão metodológica pertinente ao processo de elicitação de narrativas através de gravuras. Analisar-se-á, pois, a questão da introdução e permanência dos objetos dentro do texto e conseqüentemente a perspectiva da continuidade temática e referencial.

Em geral, os estudos sobre a anáfora, do ponto de vista da aquisição da competência textual, procuram descobrir o momento em que esse processo emerge, estabelecendo como critério evolutivo o contraste entre o uso do pronome com valor dêitico e anafórico. Este tipo de contraste separa de um lado signos dêiticos, que estão relacionados com algum objeto no contexto não-lingüístico da enunciação e, de outro lado, signos anafóricos, usados para a coesão textual e que se ligam a algum

objeto no contexto lingüístico antecedente ou subsequente (Hickman, 1980: 193).

A afirmação de Hickman, partilhada por Kitay (1988), sugere que signos dêiticos não podem ser responsáveis pela coesão textual, uma vez que apontam para um referente no contexto enunciativo, estabelecendo uma relação fora do texto. Se entendermos o conceito de relação textual apenas nesta perspectiva, fica difícil aceitar como texto as narrativas em primeira pessoa, ou histórias inspiradas em gravuras, que são utilizadas como instrumento de pesquisa pela maioria dos trabalhos citados. Se não há nenhum tipo de ligação entre os elementos do texto, não há continuidade, e sem continuidade não há textualidade (Beaugrande, 1980).

As entidades de que trata um texto narrativo são ações e eventos arranjados numa ordem particular e relacionados conceptualmente através de causa, razão, propósito, possibilidade e proximidade temporal. Essas ações e eventos constituem predicados de nomes que têm como referência pessoas, animais, objetos discretos e lugares relativamente determinados (Lyons, 1977). A narrativa constitui-se através da continuidade dessas entidades: as relações citadas acima garantem a continuidade das ações e eventos, enquanto a referência às entidades garante a continuidade temática e referencial.

Uma das estratégias preferenciais para estabelecer a continuidade referencial consiste em estabelecer um controle global sobre o texto através da tematização, isto é, fazer com que um tema ou tópico organize, em termos seqüenciais e referenciais, o conjunto de proposições/sentenças que constituem o texto. A produção de um texto pressupõe que seu produtor tenha conhecimento dessa estratégia e da forma como é processada pelo ouvinte/leitor, para que possa utilizá-la de forma eficiente. Tematizar uma entidade é, portanto, colocá-la em foco, introduzindo e mantendo de maneira estável na memória

do ouvinte/leitor informações que ativem elementos cognitivos relativos ao conhecimento de mundo e às suposições partilhadas pelos interlocutores. Para tanto são necessárias estratégias que visem mantê-los na memória semântica, enquanto tais informações forem relevantes para a macroestrutura do texto.

Este processo garante a armação estrutural para que o texto se relacione com a intenção do falante e estabeleça uma perspectiva para o que será produzido. Estamos partilhando a idéia de Brown & Yule (1985) de que a tematização é um processo mais discursivo que sentencial, de modo que não poderemos fazer afirmações sobre a natureza das estratégias utilizadas pela criança para estabelecer a coesão textual, considerando apenas o nível da sentença.

Esta perspectiva é consistente com o modelo de processamento do discurso proposto por Corrêa (1993), que explora as possibilidades de um sistema de memória comum ao falante e ao ouvinte. Corrêa apresenta um modelo de três níveis que opera numa escala crescente de abstração, desde o nível episódico até o nível temático. O foco do primeiro nível é o enunciado, cuja representação mantém-se na memória por menos tempo do que no nível intermediário, onde é representada a unidade de referência em torno da qual o episódio ou segmento de discurso em processamento se organiza. No terceiro nível são representados os elementos temáticos, mantidos em constante ativação.

O grau de acessibilidade de uma representação pode ser definido em função do papel do referente na estrutura temática (se é ou não elemento temático); no episódio em processamento (se é ou não o elemento em torno do qual o episódio se organiza) e do quão recente foi a última menção a este (ativação), em relação ao momento em que a referência anafórica em questão é estabelecida.

A narrativa tem aspectos específicos em relação a outros tipos de textos como a exposição, a argumentação, a

descrição, pois não envolve apenas uma idéia ou conceito a ser exposto/definido/combatido, ou um objeto/experiência a ser descrito. Ela baseia-se na ação que se desenvolve no tempo, sob a condução de um ou mais participantes. Como a determinação do tema da narrativa pode envolver aspectos semânticos (a referência), gramaticais (a pronominalização, a topicalização, por exemplo), e textuais (conteúdo informacional), os participantes têm sido privilegiados como elementos responsáveis pela progressão temática talvez por serem os condutores da ação. O termo sujeito temático (Karmiloff-Smith, 1980), por exemplo, parece mais apropriado para tratar do tópico de narrativas, pois refere-se ao protagonista central da história que é, na maioria dos casos, o responsável (agente) pelas ações que conduzem ao tema/assunto e ocupam igualmente a posição de sujeito da oração.

### **A continuidade em narrativas em primeira pessoa**

Comumente, o tratamento dado à continuidade temático-referencial leva em conta apenas seres/objetos referidos como terceira pessoa. A bibliografia mais conhecida sobre referência e também os trabalhos sobre coesão rotulam a primeira pessoa do discurso como uma das formas de expressão da dêixis de pessoa, pelo fato de o referente estar ligado à situação, mas nada acrescentam sobre o uso continuado dessas formas no mesmo texto.

Assim, na visão tradicional (Benveniste, 1966; Halliday & Hasan, 1977), os pronomes de primeira e segunda pessoa são tratados como dêíticos, e, como tal, de natureza exofórica, não textual. Mas, ao analisar narrativas em primeira pessoa, deparamos com uma situação que exige um tratamento diferente para dar conta da continuidade textual: há realmente um sujeito presente na situação com o papel de locutor, a quem o pronome "eu" ou "nós" (a gente) se referem. Esse sujeito, entretanto,

passa a construir um texto que não está ligado à situação de discurso, tanto que ele pode delimitá-lo através de mecanismos explícitos, destacando-o da situação pragmática, para dar-lhe o estatuto de texto como estrutura delimitada. Ao operar essa transformação, o sujeito do discurso se transforma e passa a ser também sujeito da ação que desenvolve o tema: o sujeito temático.

Desse momento em diante, portanto, os pronomes eu/nós ou a expressão "a gente" não estarão mais referindo indivíduos diretamente da situação, mas do texto, embora não haja um antecedente nominal que forneça a informação sobre a identidade dos referentes. Após delimitado o universo da narrativa, as estratégias de processamento ouvinte/leitor não serão orientadas apenas pelas pistas situacionais; a continuidade se instaura a partir das referências a esse eu narrador/personagem, que age e interage no espaço/tempo da experiência narrada. Sugerimos que a função continuativa das formas relativas à primeira pessoa seja revista pelo menos no âmbito da análise de narrativas. Primeiramente, porque essas formas são dêíticas em relação à pessoa e, como alerta Benveniste (1966), não se deve persistir em confundir pessoa com sujeito. Em segundo lugar, porque, ao produzir um texto narrativo, o falante, embora narrando experiências pessoais como protagonista, recria uma situação passada, distanciando-se da enunciação, falando de coisas que não estão presentes no momento da fala. Neste caso, o pronome "eu" não aponta apenas para o falante que se identifica como eu naquela situação de enunciação, mas passa a ser referente de um narrador/personagem que conduz o fio narrativo no interior do texto e passa, como tal, a independe da situação e a ser referido como algo comum na memória de falantes e ouvintes, como ocorre com a anáfora.

Portanto, talvez fosse mais interessante falar-se apenas em relações anafóricas, vendo a anáfora como uma categoria

bem ampla, segundo sugestão de Bamberg (1986) e de Sag & Hankamer (1984). Estes dividem a anáfora em pragmaticamente controlada, quando elementos da situação resolvem as questões relativas à identificação do antecedente, e sintaticamente controlada, quando vem regida por condições específicas. Segundo essas condições, os termos anafóricos não têm referência autônoma, pois seu referente é estabelecido através de outro elemento do texto (o antecedente) ou da memória, quando o referente é inferido. Os dois termos, antecedente e anafórico, devem ter a mesma referência, pertencer à mesma categoria principal e ter os mesmos traços de pessoa e número, além de gênero em alguns casos.

### O estudo da anáfora em textos de crianças

A definição da emergência da anáfora em textos de criança, como se viu até aqui, deve levar em conta considerações a respeito da natureza do discurso narrativo e dos níveis em que se dá a continuidade temática, mas também não pode descuidar das condições de produção do texto. Em estudos baseados em gravuras, Karmilolf-Smith (1980) sugere que até os cinco anos a criança ainda não é capaz de lidar com a referência anafórica.

Esta sugestão aponta para uma questão metodológica que diz respeito ao processo de elicitación de textos. O método mais comumente usado, que é o de construir narrativas a partir de pequenos filmes (Hickman, 1980), ou seqüência de gravuras (Karmilolf-Smith, 1980 e 1981; Bamberg, 1986; Gopnik, 1986; Vieira, 1987), parece exigir das crianças outras habilidades que vão além da capacidade de produzir textos. Estas habilidades supõem o reconhecimento e a manipulação das convenções de outro(s) código(s) com o(s) qual(is), possivelmente os indivíduos ainda não estão familiarizados.

Por outro lado, instrumentos desse tipo envolvem situações artificiais nem sempre relacionadas com a experiência

das crianças e requerem não só a verbalização de um modelo de situação a partir de imagens, mas a compreensão do que estas significam, a integração das cenas em uma dentre as muitas seqüências possíveis e assim por diante. A dificuldade que a criança enfrenta com outro tipo de código pode interferir no seu desempenho, porque, ao produzir seu texto, ela estará levando em conta linguagens de natureza e regras distintas, que devem ser integradas na construção de sua narrativa. Além disso, os códigos visuais não levam ao distanciamento necessário para se instanciar a narrativa, favorecendo, por este motivo, a criação de descrições. Estes problemas deveriam ser considerados na análise da continuidade textual, que não pode ser vista apenas em função das condições formais para a realização da anáfora.

A elicitación de narrativas através de gravuras acarreta ainda outras conseqüências particularmente quando a categoria em estudo é a referência. Se o texto for produzido tendo as gravuras presentes, sobretudo se partilhadas por emissor e receptor, dificilmente deixará de haver um elo entre a expressão verbal e a expressão gráfica. Em tais circunstâncias, se considerarmos apenas o plano verbal, a referência será sempre dêitica.

Em trabalhos anteriores (Soares, 1991 e 1994) em que estudamos a produção oral e escrita de textos narrativos por crianças de 3 a 9 anos, enfocando questões relativas à utilização de estratégias anafóricas para garantir a continuidade temática, são analisados textos em que não se nota, quanto à integração entre os planos verbal e gráfico, grande diferença entre as crianças mais novas e mais velhas, já que todos parecem fortemente dependentes do material gráfico. Na modalidade oral, a dêixis é estratégia predominante em textos de crianças de até 5 anos, observando-se o uso de dêiticos espaciais para substituir algumas palavras, cujo conceito supostamente desconhecem, ou para marcar cada uma das cenas produzidas. Apesar de a referência dêitica ter sido usada fortemente pelos grupos de 3 a 5

anos, não acreditamos que tal procedimento sugira que até essa idade a criança não seja capaz de lidar com a referência anafórica.

Já em relação à produção escrita, cujo processo de elicitación foi feito em grupo, sem a obrigação de contar a história como se a criança estivesse lendo um livro, página a página, observou-se que as dificuldades discutidas acima se reduziram um pouco, pois a referência dêitica só foi observada nos textos que apresentavam uma estruturação quadro a quadro, o que parece sugerir mais uma vez a influência do material gráfico no processo de produção textual. Entretanto, essa influência vai sendo gradativamente atenuada, à medida que a criança avança em escolaridade.

Como conclusão, sugerimos que, em se tratando de continuidade textual, é necessário rever a abrangência das relações anafóricas, de modo a incluir recursos tradicionalmente considerados dêiticos, sobretudo quando se trabalha com narrativas em 1ª pessoa ou construídas com o auxílio de códigos visuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMBERG, M. A functional approach to the acquisition of anaphoric relationship. *Linguistics*, v.24, p. 227-284, 1986.
- BASTOS, L. K. X. Coesão e coerência em narrativas escolares escritas. Campinas: UNICAMP, 1985.
- BEAUGRANDE, R. de. Text, discourse and process: a multidisciplinary science of texts. London: Longman, 1980.
- \_\_\_\_\_, DRESSLER, W. V. Introduction to text linguistics. London: Longman, 1981.
- BENVENISTE, E. Problemas de lingüística geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BROWN, G. e YULE, G. Discourse analysis. New York: Cambridge University Press, 1985.

- CORRÊA L. M. S. Dificuldades e potencialidades do uso do método experimental no estudo da aquisição da linguagem. In: CAMPOS, M. F. (ed) O método e o dado no estudo da aquisição da linguagem. Campinas: 1993. No prelo.
- GOPNIK, M. The development of conextity in young children. In: PETŐFI, J. S. (ed.) Text conectedness from psychological point of view. 1986.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. Cohesion in English. London: Longman, 1986.
- HANKAMER, J. e SAG, I. Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry* v.7, p.391- 426, 1976.
- HICKMAN, M. Creating referents in discourse: a developemental analysis of linguistic cohesion. In: KREIMAN, J. & OJEDA, A. E. (eds.) Papers from Parassession on pronouns and Anaphora. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1980.
- KARMILOFF-SMITH, A. Psychological processes underlying pronominalisation in children's connected discourse. In: KREIMAN, J. & OJEDA A. E. (eds.) Papers from Parassession on pronouns and Anaphora. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1980.
- \_\_\_\_\_. The gramatical marking of thematic structure in the development of language production. In: DEUTSCH, W. (ed.). The child's construction of language. London: Academic Press, 1981.
- KITAY, J. On anaphora and antecedence. *Semiótica*, v.72, p.205-234, 1988.
- LYONS, J. Semantics. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- SAG, I. A. e HANKAMER, J. Toward a theory of anaphoric processing. *Linguistic and Philosophy*, v.7, p. 325-345, 1984.
- SOARES, M. E. *A Constituição do discurso coeso: um estudo evolutivo da produção oral e escrita*. Rio de Janeiro, 1991. Tese de doutorado, PUC/RJ.
- \_\_\_\_\_. Aspectos relativos à produção de narrativas por crianças de 3 a 9 anos. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, v.26, p.79-102, jan/jul. 1994.
- VIEIRA, M. A. R. L'ellipse – une étude textuelle chez les enfants brésiliens. These de PHD. Université de Montreal, 1987.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A Revista MOARA aceita propostas de artigos. Todas as colaborações são submetidas à Comissão Editorial, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação. A Comissão reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de *forma*, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou a seu padrão editorial e gráfico.

### PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Os trabalhos, obrigatoriamente *originais*, devem ser enviados em disquete e em três vias impressas (cada artigo deve ter no máximo *dez páginas*), digitados em computador versão IBM (recente), usando-se programa *Word for windows*.

Ao disquete, apor uma etiqueta contendo o nome do(a) autor(a), o título do trabalho e o programa utilizado.

Observação: o disquete não será devolvido a(o) autor(a), que deve manter seu arquivo para as modificações sugeridas pelos pareceristas.

### APRESENTAÇÃO

A apresentação dos trabalhos deve obedecer à seguinte seqüência:

#### a) Cabeçalho do artigo (primeira folha no alto)

– *Título* (e subtítulo se necessário em português e inglês ou francês)

– *Nome(s) do(s) autores*, na ordem direta:

Ex.: **Célia Brito**

– *Filiação institucional* – local de atividade de cada um dos autores, colocado abaixo dos seus nomes.

Ex.: **Célia Brito**

Universidade Federal do Pará

– No rodapé da página poderão ser apresentadas informações sobre o trabalho e menção de auxílios institucionais se for o caso.

#### b) Resumo e Abstract (antecedendo o texto)

Síntese do conteúdo do trabalho com um máximo de 150 palavras, redigida de acordo com a NB-88, da ABNT. Os resumos em *português e inglês ou francês* devem ser acompanhados de três palavras-chave.

#### c) Texto

O texto sempre que possível deve obedecer à seguinte divisão: *Introdução, desenvolvimento do tema*, com as divisões a critério do autor e *conclusão*.

#### d) Notas (não bibliográficas)

Devem ser colocadas no rodapé das páginas. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

#### e) Citações Bibliográficas

As citações no texto deverão ser feitas através de duas maneiras:

- sobrenome do autor em caixa baixa seguido da data de publicação e da página quando for necessário, entre parênteses.

Ex.: Segundo Saussure (1990, p.13), "a Lingüística tem relações bastante estreitas com outras ciências";

## Normas para publicação de artigos

- sobrenome do autor em caixa baixa, data da publicação e da página, quando for o caso, tudo entre parênteses.

Ex.: "A Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências" (Saussure, 1990, p.13).

As citações devem ser feitas como segue:

- *um autor*: Bosi (1993);
- *dois autores*: Simões & Golder (1995);
- *três ou mais autores*: Bastos et al. (1981);
- *se for citada mais de uma publicação do mesmo autor com o mesmo ano, usa-se alínea*: Pinto (1990a), Pinto (1990b), etc.;
- *para as citações indiretas usa-se a expressão "apud" (citado por)*. No texto: J. M. Costa ap. Freitas (1980). Na referência bibliográfica deve constar apenas a obra consultada;
- *obras sem autoria*: Manual de Teoria... (1985).

### f) Referências Bibliográficas

Lista em ordem alfabética das obras consultadas que devem estar citadas no texto. As referências devem vir localizadas imediatamente após o texto. Devem ser feitas conforme o tipo de publicação, obedecendo à seguinte ordem dos elementos:

- *Livros e outras monografias*

Ex.: TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

- *Parte de obra (capítulos, fragmentos, volumes)*

Ex.: GOMES, Severo. *Informática e soberania*. In: BENKOUICHE, Rabah, (org.). *A questão da informática no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 167p. p.30-36.

- *Artigo de Periódico*

Ex.: GOMES, Sonia Pedrosa, ALOIA, Miriam. *Referências bibliográficas: algumas sugestões*. Boletim Abdf. Brasília, v.6, n.2, p.21-31, abr./jun.1983.

- *Artigo de jornal*

Ex.: JOB, Fernando. *Munique está em festa*. *O Liberal*. Belém, 19 set 1990, p.4, cad.1

- *Trabalho de Congresso ou similar (publicado)*

Ex.: TARGINO, Maria das Graças. *Bibliotecas universitárias e prestação de serviços: a irreverência do óbvio*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991. Salvador, Anais... Salvador: APBED, 1991, v.1, p.400-405.

### g) Ilustrações

As figuras (desenhos, gráficos, mapas, esquemas, organogramas, fórmulas, etc.) com suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13x19 cm. Devem indicar a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações, nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

As tabelas serão encabeçadas e citadas como tabela, com título auto explicativo, colocado acima da mesma.

\*\*\* Importante: todos os trabalhos devem ser revisados por seus autores antes de serem submetidos à avaliação. É necessário que cada página (de uma das cópias) esteja rubricada para indicar que foi feita a revisão.

## Impressão e Acabamento



Trav. Rui Barbosa, 491 – Reduto  
Belém – Pará – 66.053-260